

PortugalBIM – Apreciação Crítica da Ordem dos Arquitectos

Transição digital ao serviço da transição verde, da qualidade da arquitetura e do interesse público

A Ordem dos Arquitectos considera que a aprovação da Estratégia Nacional para a Implementação da Metodologia BIM - PortugalBIM constitui um momento relevante para o setor da arquitetura, engenharia, construção e operação em Portugal.

A **PortugalBIM** organiza-se em quatro áreas fundamentais:

- Políticas: projetos-piloto, investigação, apoio aos municípios, divulgação de boas práticas e acompanhamento da maturidade BIM;
- Normalização: elaboração de guias práticos e desenvolvimento de normas comuns, promovendo a interoperabilidade;
- Tecnologias: criação de uma plataforma nacional de conhecimento e ferramentas e de um repositório de modelos BIM de obras públicas;
- Capacitação: formação de profissionais dos setores público e privado, desenvolvimento de referenciais formativos e acesso a software pela Administração Pública.

Entre as metas anunciadas pelo Governo encontram-se a formação de, pelo menos, 3.000 profissionais, a integração do BIM em, pelo menos, 50 municípios por ano, o apoio às pequenas e médias empresas através de linhas de financiamento, a disponibilização de formação gratuita e a promoção da utilização do BIM na contratação pública.

A implementação e o acompanhamento são da responsabilidade do IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, em articulação com o LNEC, o Instituto Português da Qualidade e a Agência para a Reforma Tecnológica do Estado. A resolução prevê também a auscultação e o envolvimento das ordens profissionais, associações, instituições científicas e restantes entidades do setor.

Assinalamos que o IMPIC deverá apresentar um Plano de Ação detalhado, com investimentos, calendário, recursos e metas anuais. Assim, a resolução aprova o enquadramento estratégico, cuja concretização (requisitos técnicos, fases, instrumentos e prioridades) dependerá desse Plano de Ação.

Para os arquitetos, a PortugalBIM poderá implicar uma alteração profunda dos métodos de trabalho, da coordenação das especialidades, da entrega dos projetos, da contratação pública e

da relação com os municípios. A estratégia deve ser articulada com a previsão do Simplex Urbanístico segundo a qual, a partir de 1 de janeiro de 2030, os projetos de arquitetura abrangidos pelo RJUE deverão ser modelados de acordo com a metodologia BIM.

A Ordem dos Arquitectos acompanha esta decisão reconhecendo que a transição digital é inevitável e que o BIM pode contribuir para melhor coordenação, maior transparência, redução de erros, eficiência de recursos, sustentabilidade e melhor gestão do ciclo de vida dos edifícios.

Acrescentamos que o BIM não deve ser entendido apenas como uma ferramenta tecnológica, mas sim fazer parte de uma estratégia mais ampla de transformação do ambiente construído, alinhada com a chamada Twin Transition - a dupla transição digital e verde.

A digitalização terá valor público ao contribuir para edifícios mais eficientes, cidades mais resilientes, menor desperdício de recursos, melhor manutenção do património construído, redução de emissões e maior responsabilidade ambiental ao longo de todo o ciclo de vida das construções. Neste sentido, a metodologia BIM é uma ferramenta decisiva para antecipar impactos, simular desempenhos, coordenar especialidades, reduzir erros em obra, melhorar a gestão de materiais, apoiar a reabilitação do edificado e planear a utilização, manutenção e eventual desconstrução dos edifícios. Mas para isso não basta exigir modelos digitais. É preciso definir objetivos ambientais, critérios de qualidade, níveis de informação adequados e responsabilidades claras. A transição digital não pode ser um fim em si mesmo. Não pode limitar-se à imposição de software, formatos, plataformas ou procedimentos. Deve servir a boa arquitetura, a qualificação do projeto, a eficiência energética, a circularidade dos materiais, a adaptação climática, a proteção do território e a qualidade de vida das pessoas.

A Ordem dos Arquitectos entende, por isso, que a PortugalBIM deve ser uma oportunidade para reforçar o papel dos arquitetos na construção de um futuro mais sustentável. A arquitetura é uma disciplina central na resposta aos desafios climáticos, habitacionais, sociais e territoriais. A metodologia BIM pode apoiar essa resposta, mas nunca substituirá o pensamento crítico, cultural, técnico e ético que está na base do projeto de arquitetura.

No quadro da implementação da Estratégia PortugalBIM, a Ordem dos Arquitectos considera que a formação é essencial para garantir uma transição digital qualificada, proporcional e crítica. Esta capacitação não deve limitar-se à aprendizagem de software, devendo antes centrar-se na metodologia BIM, na interoperabilidade, na gestão da informação, nos formatos abertos e nas responsabilidades profissionais.

Partindo da formação de Fundamentos BIM já existente, a Ordem evoluiu para um ciclo formativo estruturado por perfis profissionais, ajustado às necessidades reais de arquitetos, coordenadores, técnicos municipais, fiscalização, direção de obra, medidores, donos de obra e gestores de informação. O objetivo é que cada profissional adquira as competências BIM adequadas à sua função, sem transformar esta transição numa exigência indiferenciada ou desproporcionada. Com este percurso, a Ordem dos Arquitectos afirma o seu papel na capacitação digital do setor, promovendo formação certificada, aberta e orientada para a qualidade da arquitetura, a sustentabilidade, a valorização profissional e o interesse público.

Há, contudo, riscos que importa antecipar.

O primeiro é transformar a transição digital numa nova camada de burocracia. Se o BIM for aplicado sem clareza, sem proporcionalidade e sem articulação com os processos de licenciamento, contratação pública e fiscalização, corremos o risco de substituir a burocracia em papel por uma burocracia digital mais cara, mais opaca e mais difícil de controlar.

O segundo risco é a transferência de custos para os profissionais. A formação, o equipamento, as licenças, a adaptação dos processos internos e a reorganização das equipas exigem investimento. Esta transição não pode recair de forma desigual sobre pequenos e médios ateliers, sob pena de agravar assimetrias no exercício da profissão e reduzir a diversidade do tecido profissional.

O terceiro risco é a captura tecnológica. A modernização do setor não pode criar dependências excessivas de fornecedores dominantes, formatos fechados ou soluções proprietárias. A Ordem dos Arquitectos defenderá a interoperabilidade, a neutralidade tecnológica, os formatos abertos, a concorrência justa e a proteção dos dados e da autoria dos projetos.

O quarto risco é aumentar responsabilidades sem rever condições de exercício. Se os modelos digitais passarem a integrar informação sobre quantidades, fases, desempenho, manutenção, compatibilização e operação dos edifícios, então é indispensável rever prazos, honorários, seguros, contratos, responsabilidades e matrizes de risco. Mais informação, mais coordenação e mais responsabilidade exigem mais tempo, mais competências e remuneração adequada.

O quinto risco é reduzir a arquitetura a uma função instrumental dentro de um processo técnico-administrativo. O BIM deve melhorar o projeto, não empobrecer a sua ambição. Deve apoiar a decisão, não normalizar soluções acríticas. Deve permitir melhor coordenação, não transformar os arquitetos em meros operadores de plataformas.

A Ordem dos Arquitectos estará disponível para colaborar com o Governo, o IMPIC, os municípios, as instituições de ensino, as associações profissionais e todos os agentes do setor. Mas estará igualmente atenta e exigente.

A PortugalBIM terá de envolver os arquitetos desde o início: na definição dos referenciais, dos guias, dos níveis de informação, dos modelos de contratação, dos critérios ambientais, das condições de interoperabilidade e dos programas de capacitação.

A transição digital e a transição verde não podem caminhar separadas. O futuro do setor AECO dependerá da capacidade de usar a tecnologia para reduzir desperdício, melhorar o desempenho dos edifícios, prolongar a vida útil do edificado, apoiar a reabilitação, qualificar o espaço público e responder à urgência climática.

Lisboa., junho de 2026